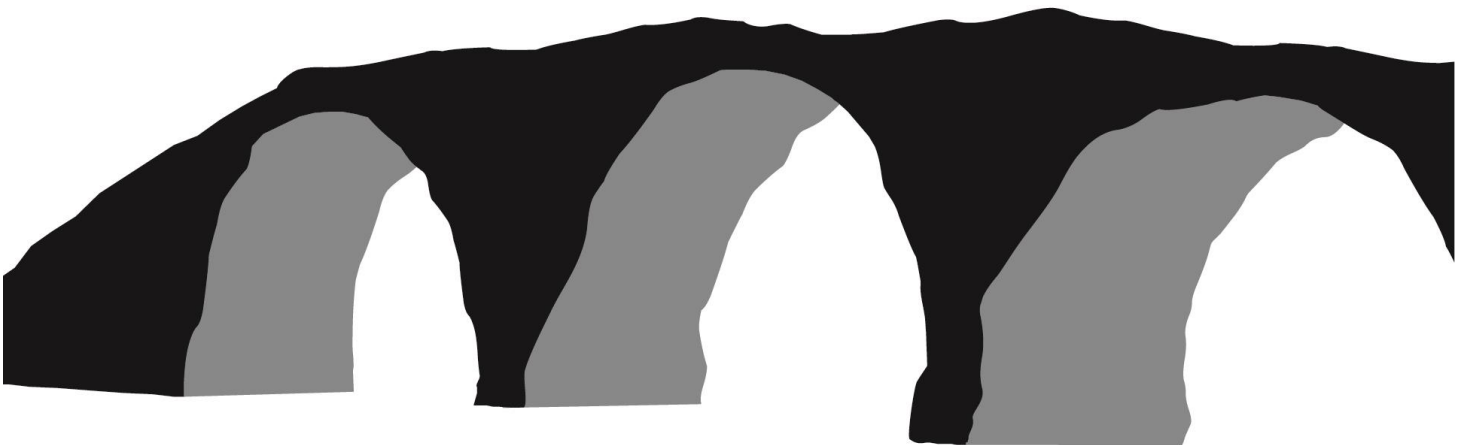


VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica  
Volume 10 | Número 1 | Janeiro – Junho 2016  
ISSN 1981-5875  
ISSN (online) 2316-9699

**AFROFATOS**

**AFROFACTS**

Scott Joseph Allen



*Recepción: 29 de mayo de 2016.*

*Aprobación: 20 de junio de 2016..*

## AFROFATOS

## AFROFACTS

Scott Joseph Allen\*

---

### RESUMO

O papel da arqueologia no discurso sociopolítico contemporâneo é um tema bem discutido na Arqueologia atual, sensibilizando praticantes sobre o seu papel na produção de conhecimento para o mundo moderno. Acompanhando essa preocupação na academia tem havido um interesse crescente por parte de grupos sociais engajados numa plethora de problemas e questões, tais como religião, sexualidade, racismo, classe entre muitos outros. Alguns tipos de materiais arqueológicos, bem como contextos estratigráficos recorrentes, frequentemente capturam a atenção de arqueólogos e do público, notoriamente como ‘marcadores’ do tema em pauta, salientemente em estudos de identidade cultural. Assim, anéis, cerâmica e garrafas, por exemplo, têm significados ‘aparentes’ e ‘óbvios’. Cachimbos confeccionados de argila e exibindo motivos decorativos complexos encontrados em contextos arqueológicos e museológicos têm sido atribuídos de forma crescente à confecção e uso por Africanos e seus descendentes, tanto escravizados quanto livres. Desta forma, esses objetos contribuem, mesmo de forma modesta, para o discurso sobre o patrimônio cultural afro-brasileiro. Mesmo assim, a atribuição desses objetos como “africanos” é frequentemente forçada, pois a afiliação é afirmada, porém nem sempre bem contextualizada, o que tem implicações tanto para a prática da Arqueologia quanto para os grupos que se baseiam nesses itens tangíveis como parte do seu discurso contemporâneo. Nas páginas a seguir, exploro algumas questões e problemas que podem ter contribuído à criação e disseminação deste ‘afrofato’ e as implicações para a prática da Arqueologia Histórica.

**Palavras-chave:** Africanismos, Cachimbos, Arqueologia e o Público.

### RESUMEN

La arqueología contemporánea ha discutido de forma amplia el papel que la disciplina juega en el discurso político y social actual, logrando de esta manera sensibilizar a sus practicantes acerca de su rol en la producción del conocimiento. Paralelamente a esta toma de conciencia en la Academia, ha habido un creciente interés en el pasado y en los objetos arqueológicos vinculados con una amplia gama de temas, tales como la religión, la sexualidad, el racismo y una multitud de otros por parte de grupos sociales contemporáneos. Algunos grupos de artefactos y contextos deposicionales capturan la atención de los arqueólogos y del público, convirtiéndose en una suerte de “marcadores” de interés en torno al tema. Así, ciertos tipos de anillos, cerámicas y botellas, por ejemplo, han tenido de manera inmediata y a menudo sin crítica previa, implicaciones tanto en la interpretación arqueológica como en el consumo público. Las pipas

---

\* Departamento de Arqueologia, UFPE, Av. da Arquitetura, s/n, CFCH, 10º andar, Cidade Universitária, Recife, PE, 50740-550, [scott.allen@ufpe.br](mailto:scott.allen@ufpe.br).

de barro que exhiben una intrincada decoración encontradas en excavaciones y museos han sido progresivamente atribuidas a Africanos y Afro-Brasileños tanto esclavos como libres. Asimismo, estos objetos han contribuido en menor medida al discurso del patrimonio cultural afro-brasileño. No obstante, la atribución de estas pipas como “africanas” y su supuesta dimensión religiosa, pues ser engañosa, ya que la asociación se afirma con frecuencia sin que se sustente adecuadamente a través de investigaciones rigurosas. Esta situación tiene consecuencias reales para la práctica de la arqueología, y plantea problemas particulares para la forma de presentar de manera crítica estos hallazgos al público. En las páginas que siguen, se exploran algunas de las cuestiones que podrían dar lugar a la creación de este ‘afrofacto’ y sus implicaciones para la práctica de la arqueología histórica.

**Palabras clave:** Africanismos, Pipas, Arqueología y el Público.

#### ABSTRACT

Archaeology’s role in contemporary social and political discourse is a theme well-discussed, having sensitized practitioners to their role in the production of knowledge. Alongside this awareness in the academy has been an equally growing interest in the past and archaeological products by contemporary social groups engaged in a vast array of issues, such as religion, sexuality, racism and a host of others. Some groups of artifacts and recurring depositional contexts often capture the attention of archaeologists and the public, often as ‘markers’ of the theme of interest, perhaps most saliently seen in studies on group identity. Certain types of rings, pottery and bottles, for example, have almost immediate and, at times uncritical, implications for both archaeological interpretation as well as public consumption. Clay smoking pipes exhibiting intricate decorations and found in archaeological and museum contexts have become attributed increasingly to manufacture and use by Africans and African-Brazilians, both enslaved and free. As such, they contribute, if even in a small way, to discourse on African-Brazilian cultural heritage. Nonetheless, the attribution of these pipes as “African” is often misleading, as the association is often asserted, but not demonstrated sufficiently. This has real implications for the practice of archaeology, and poses particular problems for how to present critical findings to the public. In the pages that follow, I explore some of the issues that might give rise to the creation of this ‘afrofacto’ and the implications for the practice of historical archaeology.

**Keywords:** Africanisms, Smoking Pipes, Archaeology and the Public.

## INTRODUÇÃO

Temas na arqueologia histórica frequentemente têm grande importância para grupos modernos da sociedade contemporânea, fazendo assim imprescindível que os praticantes dessa subdisciplina sejam reflexivos e críticos quando à sua produção – desde as questões e problemas que buscamos responder a um entendimento dos contextos no qual essa produção será disseminada. Qualquer arqueólogo com um conhecimento efêmero da relação entre arqueologia e políticas culturais provavelmente a toma como inevitável e até ‘natural’. Formas de pensar, fazer e divulgar arqueologia existem em uma relação complexa, aspectos por vezes tão sutis que não é raro desenvolver conceitos indesejados e conflitantes sem necessariamente perceber a falha. Acredito que todos nós já passamos por isso, mas, como não se pode voltar no tempo e recomeçar, a melhor opção é assumir e tentar evitar repetir o erro.

A discussão a seguir aborda algumas questões e considerações que têm surgido no decorrer dos meus estudos arqueológicos no Nordeste em sítios históricos – urbanos e rurais – e através de conversas com alunos e o público não arqueológico. O fio central é como nós, arqueólogos, discorreremos sobre grupos de cultura material para audiências diversas. Para iniciar, lembro da forte ligação entre objetos e identidades, conceito que, por mais se critique, permeia muita produção na Arqueologia Histórica. Não pretendo entrar numa discussão profunda sobre os temas de essencialismos ou africanismos, apenas resumo-os como ponto de partida com fins de enquadrar o que acredito ser um problema crescente no estudo arqueológico da Diáspora Africana e a atribuição de patrimônio tangível para grupos atuais. Em seguida, apresento algumas considerações sobre cachimbos de barro, um grupo de artefato que tem chamado muita atenção recentemente e que, mesmo de forma modesta, contribui às narrativas sobre o cotidiano do Africano e Afro-Brasileiro. Finalmente, apresento o que percebo ser algumas das implicações reais na prática de uma arqueologia da Diáspora Africana no contexto de uma arqueologia nacional, voltada ao contrato e estudos técnicos na sua maioria, que se expande de forma impressionante.

Vale salientar que não é minha atenção resolver nenhum problema a ser levantado, nem sequer avançar interpretações alternativas às já avançadas por outros arqueólogos. Não pretendo aqui insistir que alguma autoridade e autenticidade reine no campo da interpretação – acredito que a arqueologia moderna não tem mais espaço para esse tipo de postura. Apenas apelo que na rejeição de modelos ultrapassados da prática arqueológica, com a sua antiga divisão entre a comunidade científica e pública, que sejamos mais cientes do processo de forma holística. O risco de tornar o processo arqueológico em uma atividade rotineira é descaracterizar tanto a materialidade do passado quanto a diversidade dos grupos que foram os atores históricos. Creio que com cada estudo científico, acrescentamos ao conhecimento, modificando, descartando e inovando novas formas de fazer e pensar sobre o passado recente. Objetivo nessas páginas apenas colocar algumas considerações que me chamaram a atenção no decorrer dos últimos anos e o texto talvez seja melhor caracterizado como um *cautionary tale*, porém sem o fim catastrófico que geralmente acompanha tais histórias. Mesmo assim, vejo consequências negativas à interpretação precipitada de grupos de cultura material, particularmente baseado em analogias diretas e descontextualizadas. Desta forma, procuro apenas instigar diálogo para que acrescentemos ao processo arqueológico olhares mais críticos, metodologias defensáveis, argumentos coerentes e, por fim, uma boa dose de reflexividade quanto ao nosso papel como disseminadores do conhecimento dos passados em contextos atuais.

## IDENTIDADES TANGÍVEIS

Faiança portuguesa, louça inglesa, cerâmica neobrasileira, cachimbos africanos. A associação de culturas a objetos é prática tão antiga quanto a própria disciplina, sendo comum ver identidades associadas à cultura material e essas atribuições fazerem parte do léxico e da comunicação do arqueólogo ainda hoje. O essencialismo, no contexto brasileiro, foi bem explorado por Souza (2008), que traça o desenvolvimento dos termos empregados na classificação de cerâmica no decorrer do desenvolvimento da Arqueologia Histórica brasileira. Sua análise frisa a relação entre objetos, conceitos e grupos nos diversos contextos sociopolíticos contemporâneos na formação da disciplina.

Pelo processo de essencialização de categorias e objetos, a cultura material pode ter a identidade naturalizada em si. A crítica ideológica e pós-moderna aponta que essa identidade é tomada por certo, algo que não é questionado, visto como normal e até 'óbvio'. No contexto atual, acredito que a própria história social da formação da sociedade moderna tem peso enorme na forma de ver e compreender a cultura material. Classificações 'culturais' parecem ser naturalizadas em muitos discursos sobre a sociedade brasileira, talvez pela maneira que se formou o estado moderno, sendo frequentemente reduzida às contribuições das 'três raças' (cf. Allen, 2001). Apesar de Souza também discursar sobre a influência da 'democracia racial' no desenvolvimento de categorias cerâmicas, ele parece mais confiante do que eu que suas implicações "vengam siendo refutadas a lo largo de um processo que se inició en la década de 1950" (2008:148). Acredito que essa doutrina, apesar de ser academicamente refutada, ainda permeia muito discurso sociopolítico e, por extensão, a arqueologia não pode se isolar da tendência. Assim, o índio, negro e branco, os principais 'meta-grupos culturais' têm, por extensão, a sua cultura material associada. Nenhum arqueólogo que conheço se subscreve a tal formulação tão simplória; reconhecemos que os contextos, apesar de sujeitas a leituras diversas, são de suma importância na arqueologia. Mesmo assim, lançado sob um olhar crítico, percebe-se, frequentemente, que essa ideia tempera muitas produções arqueológicas, particularmente aquelas não voltadas à comunidade científica.

A redução da complexidade contextual de objetos à identidade leva, no contexto da arqueologia da Diáspora Africana, à posição que práticas culturais afro-americanas podem ser remanescentes de tradições semelhantes na África, como expresso nos estudos de sobrevivências culturais africanos ou africanismos. Herskovits (1941), enquadrando suas afirmações dentro de estudos de aculturação, argumentou que vários africanismos foram retidos por afro-americanos e tiveram papel integral nas suas vidas sociais. A colocação não foi sem polêmica e ocorreu um debate entre Herskovits e Frazier (1949) que, por sua vez, propôs que o tráfego de escravos era tão chocante que debilitou as vidas sociais de grupos africanos e, por consequência, impediu a incorporação de tradições na vida sociocultural nas Américas.

A materialidade entrou de forma particular nessa discussão com o início dos estudos sobre a arqueologia do cotidiano africano nas Américas. O elemento tangível do dado arqueológico forneceu um laboratório natural para averiguar e entender essas remanescentes. Quase todos os estudos que lidam com arqueologia da Diáspora Africana consideram em algum nível os chamados africanismos, inclusive a arquitetura, cerâmica e hábitos alimentares, ferramentas, os chamados bens espirituais entre outros grupos de evidência.<sup>1</sup> Estudos

---

<sup>1</sup> Veja Orser (1998), Singleton (1999) e Singleton & Souza (2009) para excelentes revisões sobre temas na arqueologia da diáspora africana.

variam em foco daqueles que percebem a cultura material como manifestação passiva de tradições lembradas a tentativas inconscientes de manter ou construir uma identidade cultural distinta (ex., Ferguson, 1991). Africanismos, sejam implícitos ou explícitos, ainda informam muitos estudos atuais.

#### DO OBJETO AO AFROFATO

Cachimbos de barro em uso desde a época colonial tomaram diversas formas e exibiram diversos motivos decorativos. Cachimbos de caulim, principalmente importações holandesas durante a ocupação do nordeste e inglesas depois deste período, são comuns em sítios históricos, bem como cachimbos de barro vermelho, exibindo um corpo da mesma cor e decorações que tendem ser geométricas. Ambos desses possuem tubos compridos, diferenciando-os dos cachimbos alvo a presente discussão.

Os cachimbos em questão são muito familiares para arqueólogos históricos. Confeccionados de barro, moldados ou modelados, esses objetos exibem motivos decorativos variando de apenas algumas incisões a padrões complexos (Figura 1).



Figura 1: Cachimbos de barro de sítios arqueológicos em Alagoas e Pernambuco. Os exemplares 'c' a 'l' são os tipos sob discussão. 'a' e 'b' da fortificação holandesa, Costa Brava, Alagoas (ca. 1635), 'c' de uma engenhoca, Corurupe, Alagoas (ca. 1900); 'd' do sítio Patacho, ponto comercial em Barra de Camaragibe, Alagoas (a partir da 2ª metade, século 19); demais do Laboratório de Arqueologia Histórica (UFPE) com proveniência diversa em Recife e Forte Orange, Pernambuco.

Que esses cachimbos podem ser associados a indivíduos e grupos afro-brasileiros no seu cotidiano tem bom apoio histórico, particularmente, mas não exclusivamente, visual. Ilustrações do século 18 e 19 mostram indivíduos, particularmente mulheres, fumando em contextos variados. Como Agostini (1998) destaca, as representações gráficas, frequentemente representando o movimento em mercados e pontos comerciais em geral, indicam que o ato de fumar fazia parte do cotidiano do afro-brasileiro.

Observando imagens produzidas por viajantes naturalistas no século XIX, podemos encontrar uma série de representações de escravos fumando em cachimbos. Para trabalhá-las sugere-se aqui partir da elaboração de um índice temático (Leite, 1997). Em primeiro lugar, nota-se a incidência das representações e as circunstâncias nas quais negros aparecem fumando cachimbos. Pode-se observar cenas que acompanham todo o percurso de africanos recém-chegados ao Brasil, dos mercados no Porto do Rio de Janeiro, passando por ranchos no caminho para a zona rural, nas suas novas habitações nas fazendas de café, retratando também seu uso em cenas cotidianas de trabalho ou associadas a momentos de descanso ou lazer, tanto em contextos rurais, quanto em contextos urbanos (Agostini, 2009:41).

O estudo desses cachimbos a partir de abordagens que levam a considerar identidade e simbolismo talvez foi instigada pela primeira vez no contexto brasileiro por Lima *et al.* (1993), em artigo sobre as escavações do sítio Fazenda São Fernando.

Também em cerâmica foram produzidos os cachimbos ou “pitos”, que a iconografia da época mostra terem sido utilizadas pelos escravos, homens e mulheres indistintamente. Com forninhos, apresentam uma decoração discreta em incisões e relevos. Esses objetos vêm sendo analisados à luz de uma hipótese, a ser testada quando as amostras recolhidas em sítios arqueológicos históricos forem suficientemente amplas para suportar um tratamento estatístico confiável: a de que tais padrões decorativos possam estar vinculados a determinados grupos africanos, enquanto privativos de tribos, clãs, etc., uma forma de manutenção da identidade étnica diante da fragmentação promovida pelo europeu. Esses padrões estão sendo comparados com os que aparecem em escarificações e pinturas corporais dos negros, na iconografia da época (189).

Diversos arqueólogos tomaram como desafio essa ideia da Lima *et al.*, produzindo um corpo de literatura de grande influência na arqueologia da Diáspora Africana no Brasil, não voltado apenas aos cachimbos, mas a panelas de barro e aos contextos de diversos materiais. Os temas de cosmologia e escarificação (cf., Symanki 2013, 2007; Souza & Agostini, 2012) trouxeram à luz a integração de símbolos tradicionais em contextos novos.

É coerente questionar, em contextos de colonização e mercados informais, se os artesões de cachimbos e os fumantes, consumidores desses itens, foram os mesmos indivíduos (Agbe-Davies, 2010). Os cachimbos do passado, quando investigado em diversas escalas, por exemplo, com foco nos produtores (artesãos), usuários (fumantes) e a economia (comerciantes), entre demais esferas da vida, poderão levar a uma história rica e interessante (cf., Agbe-Davies, 2010, 2015; Agostini, 2009). “Quando a cultura material se torna objeto de comércio, as vias de disseminação não necessariamente se igualam as de replicação” (Agbe-Davies, 2015: 16), ou seja, assim entrando no mercado formal e informal, esses objetos tomam significados tão diversos quanto às pessoas que os utilizaram. Essa colocação não diminui as interpretações simbólicas, pois fazem parte desse cotidiano complexo.

Apesar do foco dos estudos de cachimbos ter sido mais voltado ao domínio simbólico e espiritual, há avanços de compreendê-los de formas mais ampla, apesar de haver muito chão interpretativo pela frente. Por



exemplo, Souza (2008:147) observou que “los diferentes grupos cerámicos pueden haber estado relacionados con las preferencias de segmentos sociales específicos, manifestando no sólo diferencias étnicas y culturales, sino también de género, estatus socioeconómico, entre otros” observação válida para cachimbos em geral. Uma listagem de comércio analisada por Agostini menciona a “importação de 300 canudos para cachimbos” (Agostini, 2009:44), que leva a refletir sobre a possível importação e circulação das ‘piteiras’ que devem acompanhar os canudos. Não é por acaso que os motivos decorativos nos cachimbos moldados se repetem no Nordeste, o que enfatiza a necessidade de contextos bem elaborados para abordar determinados problemas e questões.

Concordo com Souza & Agostini (2012: 102) que está se tornando comum na arqueologia nacional fazer as correlações entre escarificação e padrões decorativos, porém a maioria dos estudos “faltam análises contextualizadas”. Implícita nessa condenação é, acredito, um problema incipiente na arqueologia – a analogia (cf. Wylie, 2002; 136-153). Um problema de levantar analogias entre objetos similares é que as analogias são ampliativas, ou seja, “as conclusões desses argumentos afirmam mais similaridades que as premissas estabelecem, [portanto] são sempre propensas a erros” (Wylie, 2002: 143). Os estudos citados acima começaram de alguma forma com a suposição de que objetos carregam símbolos que remetem a identidades e práticas culturais, ou seja, por analogia com outros estudos e objetos similares derivados de contextos diferentes. Se tivessem parado nesse nível de análise, tais estudos não seriam convincentes. Pelo contrário, esses pesquisadores construíram contextos fortes, baseados em dados demográficos relacionados ao tráfico escravista no mundo atlântico, registros comerciais, etnografia, fontes impressas e assim por diante. Além disso, jogam um olhar crítico sobre essas fontes vendo-as em diversas escalas para alcançar narrativas plausíveis, ao mínimo, se não convincentes por completo.

Os materiais arqueológicos necessitam ser estudados “em contextos particulares e entre conjuntos de cachimbos que *compartilham de contextos similares*, não necessariamente com as tradições locais no abstrato, divorciadas de tempo e lugar” (Agbe-Davies, 2015: 14; grife meu). Os diversos contextos disponíveis para a disciplina foram bem explorados por Deagan (2008), Little (2014), entre outros e por Agostini no contexto do estudo de cachimbos (2009). Se os motivos decorativos se devem a identidade cultural, étnica ou crenças espirituais pode permanecer questão aberta, porém a ligação é fortemente argumentada pelos autores nos seus respectivos trabalhos, pois atendem bem às metodologias aceitas na disciplina. Não importa a veracidade das suas interpretações, pois sempre há espaço para narrativas diversas e concorrentes.

Suponho que muitos arqueólogos, como eu, não sejam fãs de analogias para *explicação* ou *afirmação* arqueológica, sendo melhor relegadas à formulação de problemas e questões a serem exploradas em outros contextos. Mas, infelizmente, é nesse nível onde muito da arqueologia reside quanto à questão da identidade e africanismos. No caso dos cachimbos discutidos, se criou no decorrer do tempo uma espécie de ‘*afrofato*’, objeto que, antes da consideração de proveniência, associações e demais contextos arqueológicos, é tratado como pertencente a grupos descendentes de Africanos. De onde, ou melhor, como se concretizou a identificação deste item com uma única identidade?

Nesse ponto da discussão, não pretendo trazer à luz muitas produções que considero serem fracas quanto esse ponto, principalmente por dois motivos. Primeiramente, a maioria dos estudos dessa natureza se restringe à chamada *literatura cinzenta* – relatórios de estudos arqueológicos realizados por motivos diversos, muitas vezes fora da academia, e exposições e divulgações eletrônicas. Segundo, a intenção, conforme colocado no início do texto é alertar sobre um processo que vejo como problemático com possíveis

consequências não intencionais. Minha esperança é iniciar diálogo e reflexão sobre o processo arqueológico e poder incentivar jovens arqueólogos a terem olhares mais críticos na execução de estudos, particularmente no âmbito de contrato.

#### ‘AFROFATOS’ E O PÚBLICO

O emprego de analogias diretas no estudo de objetos – tais como cachimbos e panelas de barro – está intrinsicamente ligada a uma consequência não intencional, porém até mais preocupante, pois, “corremos o risco de essencializar as comunidades no mesmo tempo que tentamos servi-las” (Agbe-Davies, 2010:376). A ideia do grupo sendo caracterizado por ‘elementos’ distintos, e para essa discussão por conjuntos materiais específicos, nega a complexidade histórica vivida pelos mesmos, que são divorciados dos contextos em que viviam, transformavam e reconfiguraram. Tomados como ‘tradicionais’, corremos o risco que representá-los de forma estática, curiosidades culturais e até folclóricas, não participantes nos processos socioeconômicos coloniais em que participaram. Grupos identificados como ‘*stakeholders*’ nos passados construídos por arqueólogos necessitam ser vistos com a mesma complexidade quanto os grupos do passado. Difícil, obviamente, identificar todas as comunidades que podem hoje ou amanhã se interessar na nossa produção, mas em linhas gerais não é tarefa insuperável. Fora a comunidade acadêmica, a arqueologia histórica da Diáspora Africana teria os descendentes como *stakeholders* (respeitando a própria diversidade entre os membros desse ‘grupo’). A história ‘simplificada’ através de simples análogos e, por extensão os grupos e materiais do passado, é fácil de compreender e divulgar, correndo o risco de distorcer de forma grave os passados e, pior, enganar grupos contemporâneos sobre os passados que para eles têm importância.

Percebo consequências quanto à reificação de cachimbos como sendo artefatos embutidos com uma meta-identidade (africana). O primeiro e mais grave é que o objeto adquire um status à frente do contexto arqueológico, ou seja, a narrativa desejada informa a interpretação arqueológica, salientemente por ser um tema com alta relevância em políticas culturais. Diversos exemplos dessa natureza cercaram os estudos sobre Palmares nos anos 90, sendo o registro arqueológico às vezes egregiamente relegado ao segundo plano. Manifestação desse processo se destacam na atribuição precipitada e errônea de cachimbos aos Palmarinos (Orser, 1996). Os objetos, não escavados, mas acondicionados em um museu local, foram interpretados apenas através de analogias com outros cachimbos recolhidos em contextos arqueológicos completamente diferentes. Apesar de essa atribuição ter sido adequadamente criticada através de um estudo regional de cachimbos (Allen, 2013), a afirmação atendeu as expectativas e esperanças de grupos políticos para quem essa história é extremamente importante.

Segundo, tende-se a limitar ou ao menos afunilar questões sobre a cultura material quando esse material esteja ‘naturalmente africano’. Assim, ao encontrar esses cachimbos em contextos diversos, onde não se espera uma forte presença de trabalhadores escravizados ou livres, por exemplo, a tendência é associá-los à uma cultura/grupo de influência afro/afro-brasileira. Como mencionado acima, esses artefatos existem em um contexto muito maior e, associados ou não à confecção por afrodescendentes, os objetos e, mais saliente, os artesãos, comerciantes e fumantes faziam parte de sistemas sociais, econômicos e políticos complexos.

Finalmente, para atender a uma arqueologia socialmente engajada, faz-se necessário compartilhar o processo arqueológico – as metodologias e narrativas construídas – com os públicos. Museus, e exposições

em geral, têm papel chave no processo da concretização de objetos, incorporando e perpetuando teorias sobre como objetos deveriam ser contextualizados, compreendidos e abordados apropriadamente. Além disso, “exposições museológicas podem reificar e perpetuar estereótipos” (Barker, 2010: 297) que, argumento, seria um processo similar à exposição (divulgação) de diversos grupos de cultura material ‘afro’ – reificação de normas e conceitos essencialistas.

Enquanto vale e se espera, em contexto acadêmico, discutir a veracidade de ‘fatos’ arqueológicos e a plausibilidade de uma diversidade de interpretações, cachimbos e artefatos similares frequentemente entram na esfera pública sem crítica, embutidos de identidade, assim se tornando marcadores tangíveis de identidade. Há exceções, como a exibição itinerante, *Marcas da Alma: uma viagem pela cultura afro-brasileira através das marcas corporais*, que trouxe ao público (Recife, nesse caso) uma amostra significativa e importante sobre o cotidiano africano e afro-brasileiro. O acervo é proveniente na sua maioria do sítio arqueológico São Francisco, sendo o arqueólogo Wagner Bernal o pesquisador principal durante duas décadas de escavação. A julgar pelos comentários informais com colegas e outras pessoas, a exposição, baseado em escavações e pesquisa arqueológica histórica profunda, foi impressionante, deixando o observador com um novo olhar sobre a cultura material afro-brasileira, *particularmente em São Sebastião, SP*.

Infelizmente, a divulgação não é sempre assim e é comum ver cachimbos de barro apresentados e expostos simplesmente como “africanos”. A associação é bem evidente em contextos não arqueológicos como jornais, museus locais, reuniões profissionais e na internet (Figura 2). Não é a intenção disputar a proveniência ou as interpretações levantadas, apenas enfatizar que essas categorias reificam conceitos e têm influência na forma de que o público e até alunos e apreciadores de arqueologia pensam sobre a cultura material.

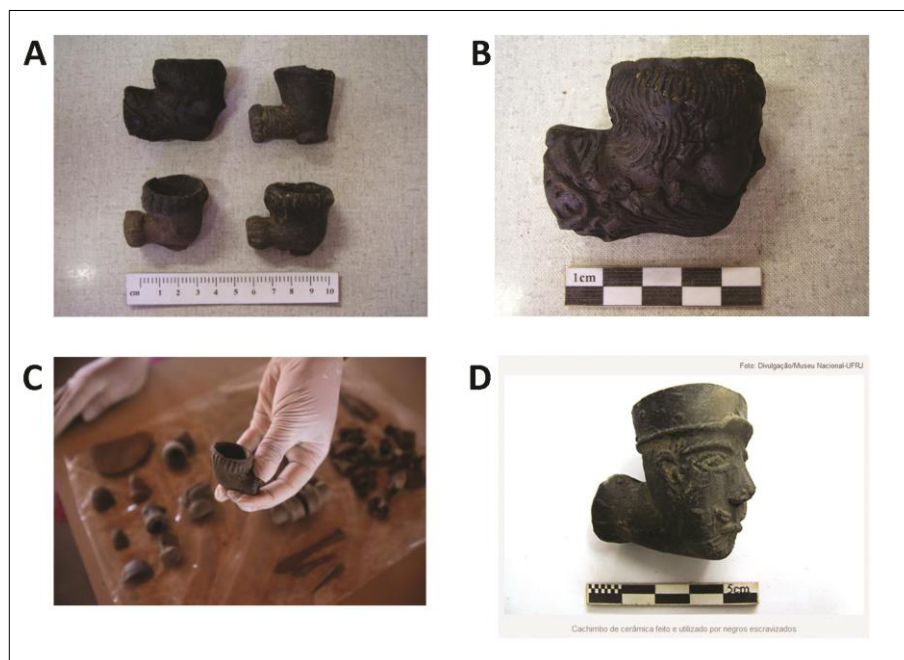


Figura 2: **A:** “Cachimbos Africanos” (fonte: “Monumenta e Iphan resgatam a história da formação de Salvador/ BA”, [http://www.maxpressnet.com.br/e/iphan/iphan\\_04-09-07.html](http://www.maxpressnet.com.br/e/iphan/iphan_04-09-07.html))

**B:** “Cachimbos Africanos” (fonte: “Monumenta e Iphan resgatam a história da formação de Salvador/ BA”, [http://www.maxpressnet.com.br/e/iphan/iphan\\_04-09-07.html](http://www.maxpressnet.com.br/e/iphan/iphan_04-09-07.html))

*C: “Cachimbo africano de idade indefinida” (fonte: <http://extra.globo.com/noticias/rio/nas-obras-do-porto-arqueologos-encontram-ossos-usados-por-escravos-em-cultos-africanos-17193458.html>)*

*D: “Cachimbo de cerâmica feito e utilizado por negros escravizados”*

*(fonte: <http://www.palmares.gov.br/2011/04/obra-de-drenagem-revela-porto-de-traffic-de-africanos-escravizados-no-rio-de-janeiro>).*

## DISCUSSÃO

O que está em jogo que leva arqueólogos a apresentarem o passado de uma forma que não se sustenta sob uma avaliação básica? Como ou por que existe a brecha entre pesquisas e interpretações cuidadosas que sugerem que alguns motivos decorativos poderiam ser manifestações de práticas tradicionais lembradas e resignificadas para outros onde todos os cachimbos de morfologia similar e decorados são ‘Africanos’. Será que esse fenômeno se trata simplesmente de interpretações ‘múltiplas’ para os passados ‘multivocais’? Não há respostas fáceis para essas questões, pois o processo arqueológico é entrelaçado em política – acadêmica, sociocultural e patrimonial – contextos que influenciam conceitos e metodologias da disciplina. A relação entre políticas culturais, patrimoniais e teoria e método arqueológico – como todos bem sabem – é complexo e difícil de desmanchar. Assim sendo, as reflexões a seguir visam apenas iniciar ou continuar diálogo aberto sobre a prática da Arqueologia Histórica atualmente.

Para começar, considero que o contexto contemporâneo da nossa disciplina pode contribuir à incongruidade entre as narrativas arqueológicas voltadas à comunidade científica e aquelas voltadas ao público. Contextualizo essa discussão dentro de uma arqueologia brasileira em crescimento que põe uma ênfase enorme em políticas de educação patrimonial e a inclusão de comunidades descendentes que, sob a mira superficial, é certamente uma coisa boa. Programas do governo federal nos últimos anos, tais como Monumenta, PAC, PAC2, PAC-Cidades Históricas entre outros apoiavam de forma indireta o crescimento de arqueologia. Outros programas como REUNI, voltado à expansão de cursos de graduação, justificaram a abertura de muitos cursos de arqueologia à expansão de programas de pós-graduação. O setor privado, em resposta às iniciativas do governo a regulamentar a emissão de licenças para empreendimentos, atendeu a situação pela expansão de empresas voltadas a estudos arqueológicos em particular e estudos do meio ambiente em geral. Uma verdadeira explosão de projetos arqueológicos, a maioria fora do ambiente acadêmico, sobrecarregou a capacidade do IPHAN em atender a demanda, resultando em diversos concursos públicos permanentes e temporários.

Para quem já obteve autorização para realizar um estudo arqueológico, os critérios são bem familiares, se por vezes não muito claros. Os projetos aprovados são diversos em termos dos seus objetivos, tipos e escopo – prospecção, resgate, salvamento ligados a empreendimentos que inclui loteamentos, estádios, barragens, linhas de transmissão e portos entre uma pletera de outros. Diversos sítios podem ser encontrados no decorrer de um determinado projeto, como oficinas líticas, quilombos, engenhos, sítios com grafismos rupestres e assim por diante. Sem dúvida, a arqueologia dos últimos anos tem aumentado consideravelmente o conhecimento do patrimônio arqueológico no país, assegurando a sua preservação e estudo.

Mas a realidade desse aumento extraordinário no ritmo de estudos é complexa e, argumento, contribui ao tratamento não crítico de cachimbos, entre outros materiais arqueológicos. Uma maioria significativa dos projetos realizados nos últimos anos ocorrem no âmbito de contrato, que apresenta, pelo menos, dois desafios para arqueologia. Primeiro, a logística envolvida nesses estudos acarreta problemas para a análise e

interpretação, independentemente das boas intenções das equipes. Esses estudos normalmente são apressados, ligados aos cronogramas dos empreendimentos que influenciam as metodologias empregadas em campo. Como a arqueologia é vista como algo inconveniente para empresas, os recursos tendem ser limitados, com algumas exceções notáveis. A formação de equipes com experiência não tem acompanhado o mesmo passo dos projetos, e é comum ver equipes reduzidas lidando com sítios e contextos arqueológicos complexos até para um arqueólogo mais experiente. O cronograma dos empreendimentos resulta em ‘análises’ que geralmente restringem à descrição apenas para a elaboração de um relatório final. Os materiais – artefatos e demais dados – são acondicionados em reservas sem necessariamente serem estudados profundamente.

Um efeito da logística desses estudos de contrato é que as pressões – recursos e, particularmente tempo – levam à atribuição de materiais a categorias que foram já consagradas ou aceitas de forma geral, ou seja, sem crítica. No contexto do tema aqui, seria a reificação dos artefatos dentro de relatórios e demais publicações associadas ao estudo. Essa observação não é nem uma condenação ao setor de contrato nem dos arqueólogos que atuam nessa área, mas serve como alerta para que pensemos sempre que o trabalho ‘rotineiro’ não tem lugar na análise e interpretação arqueológica, situação que estudos apressados proporcionam.

O conhecimento produzido no contexto de um estudo de contrato, conforme caracterizado acima, leva ao segundo problema quando levamos em consideração a ênfase dada na ‘socialização do conhecimento’. A educação patrimonial é atividade exigida como parte de todos os projetos autorizados pelo IPHAN e, na minha experiência, é elemento do ‘estudo arqueológico’ mais escrutinado pelo órgão, chegando a ser mais importante que as próprias metodologias de campo e laboratório. A ideia é disseminar os conhecimentos obtidos e incluir as comunidades nos projetos de forma ativa, criando assim arqueologias públicas. A maioria que se passa por educação patrimonial, porém, é geralmente limitada às ações pontuais – palestras, pequenas exposições e visitas ao campo pelo público. Raramente se cria programas de longo prazo em comunidades. Mesmo assim, não se pode minimizar nem a importância nem o impacto dessas ações, por efêmeras que sejam, junto às comunidades. Muitas vezes, é o único contato que muitas pessoas terão com a arqueologia. No contexto de contrato, é também exigido que toda essa educação ocorra antes da expiração da autorização, exigência que acompanha o ritmo ligeiro dos projetos deste cunho em geral. Assim, as equipes necessitam dizer algo sobre o passado com materiais tangíveis, porém sem o luxo para ponderar questões e interpretações mais profundas. O resultado é a colocação da carroça diante do boi e, novamente, a reificação dos artefatos para a comunidade através das exposições, palestras e materiais didáticos.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos um campo em crescimento com cada vez mais praticantes – o que é um cenário excitante e dinâmico com bastante potencial – porém conduzido num passo que não acompanha pesquisas acadêmicas atuais ou, em muitos casos, coloca de lado estudos profundos e refletivos enquanto recolhendo mais e mais dados. Eu não caracterizaria a falta de crítica na interpretação (descrição, de fato) de cachimbos como arqueologia mal executada, mas sinto que as poucas boas pesquisas que existem, como as de Agostini, são frequentemente apropriadas e aplicadas de forma automática, apesar de bem-intencionada. Parece que arqueólogos têm sido seduzidos a chamar esses artefatos ‘africanos’ por questões de expediência na análise e

subsequente divulgação ao público – uma audiência que participa nesse passado com interesse para identidades atuais. Uma miríade de contextos – sociais, políticos, econômicos – permeiam a nossa arte e existem em consonância com os métodos e conceitos modernos do processo arqueológico. Assim, arqueologia é socialmente relevante por natureza, mas, quando se despreza ou até ignora esses métodos e conceitos, com fins de forçar ou criar um ar de relevância ou expediência, as interpretações se tornam suspeitas à comunidade científica e, pior, potencialmente enganosas para as comunidades que se identificam com as narrativas e objetos tangíveis do passado.

#### AGRADECIMENTOS

Um ensaio como esse é resultado de experiências de campo, discussões em sala de aula e conversas em ambientes informais, assim sendo, devo agradecimento aos alunos e colegas da UFPE, NEPA/UFAL e outros espalhados pelo Brasil e afora. À Carol Sá, arqueóloga dedicada ao tema da Arqueologia da Diáspora Africana, devo a escolha do título. Agradeço o coordenador e equipe do Laboratório de Arqueologia Histórica da UFPE pelo acesso ao acervo de cachimbos e ao CNPq pelo apoio nas pesquisas diversas que contribuíram às ideias aqui contidas. Finalmente, reconheço os editores desta revista que deram oportunidade de expor as minhas opiniões sobre um aspecto da Arqueologia Histórica no Brasil.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGBE-DAVIES, A. 2015. *Tobacco, Pipes, and Race in Colonial Virginia: Little Tubes of Mighty Power*. Left Coast Press, Walnut Creek, CA
- \_\_\_\_\_. 2010. Concepts of community in the pursuit of an inclusive archaeology. *International Journal of Heritage Studies*, vol. 16, n.6:373-389.
- AGOSTINI, C. 2013. À Sombra da Clandestinidade: Práticas Religiosas e Encontro Cultural no Tempo do Tráfico Ilegal de Escravos. *Vestígios: Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 7, n.1:77-105.
- \_\_\_\_\_. 2009. Cultura Material e a Experiência Africana no Sudeste Oitocentista: Cachimbos de Escravos em Imagens, Histórias, Estilos e Listagens. *Topoi*, vol. 10, n.8:39-47.
- \_\_\_\_\_. 1998. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material dos escravos do século XIX. *Revista de História Regional*, vol. 3, n.2:115-137.
- ALLEN, S. 2013. The Movement of People and Things in the Capitania de Pernambuco: Challenges for Archaeological Interpretation. In Beaudry, M. & Parno, T. (Orgs.) *Archaeologies of Mobility and Movement*. Springer, New York. Pp.31-46
- \_\_\_\_\_. 2001. *Zumbi Nunca Vai Morrer: History: race politics, and the practice of archaeology in Brazil*. UMI Press, Ann Arbor, MI.
- BARKER, A. 2010. Exhibiting Archaeology: Archaeology and Museums. *Annual Review of Anthropology*, vol. 39:293-308.
- DEAGAN, K. 2008. Líneas de Investigación en Arqueología Histórica. *Vestígios: Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 2, n.1:63-93.
- FRAZIER, E. 1949. *The Negro in the United States*. MacMillan, New York.
- HERSKOVITS, M. 1941. *Myth of the Negro Past*. Beacon Press, Boston.
- LIMA, A., BRUNO, M. & FONSECA, M. da. 1993 Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, n1:179-206.
- LITTLE, B. 2014. Povos com História: Uma revisão da arqueologia histórica nos Estados Unidos. *Vestígios: Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 8, n.2:121-165
- ORSER, C. Jr. 1998. The archaeology of African Diaspora. *Annual Review of Anthropology*, vol. 27:63-82.
- \_\_\_\_\_. 1996 *A Historical Archaeology of the Modern World*. Plenum, New York.
- SINGLETON, T. (Org.) 1999. *"I too, am America": Archaeological Studies of African-American Life*. University Press of Virginia, Charlottesville.
- SINGLETON, T. & SOUZA, M.. 2009. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and United States. In Majewski, T. & Gaoimster, D. (Orgs.), *International Handbook of Historical Archaeology*. Springer, New York. Pp.449-469.
- SOUZA, M. 2008. Esencializando la cerámica: culturas nacionales y prácticas arqueológicas en América. In Acuto, F. & A. Zarankin (Orgs.) *Sed non Satia II: acercamientos sociales en la arqueología Latinoamericana*. Encuentro Grupo Editor, Cordoba. Pp.143-157.
- SOUZA, M. & AGOSTINI, C. 2012. Body Marks, Pots, and Pipes. *Historical Archaeology*, vol. 46, n.3:102-123.
- SYMANSKI, L. 2013. Africanos no Mato Grosso – cultura material, identidades e cosmologias. In Agostini, C. (Org.) *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. 7letras, Rio de Janeiro. Pp.32-57.
- \_\_\_\_\_. 2007. O Domínio da Tática Práticas Religiosas de Origem Africana nos Engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 1, n.2:9-36
- WYLIE, A. 2002. *Thinking from Things: Essays in the Philosophy of Archaeology*. UC Press, Berkeley.